

Desproteções e Proteção Social

Social Unprotection and Protection

Aldaiza Sposati¹

Sindely Alchorne²

Ao se tomar como centro de discussão as atenções da política de assistência social e do seu sistema de gestão, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a renda *per capita* familiar é logo acionada como fator gerador da desproteção social. Esse entendimento se assenta no suposto liberal que faz equivaler, proteção social com capacidade de consumo. Por decorrência a proteção social, transmutada em mercadoria, implica em ampliar o poder aquisitivo do usuário das atenções do SUAS ou da Política que o regula. Sob tal entendimento a assistência social, no conjunto da ação governamental, será o lugar da expertise que cadastra e estabelece o grau de precariedade financeira dos membros de uma família. Esse campo diagnóstico a leva a operar na ação governamental o lugar de cadastros de pobreza, da concessão de benefícios monetários reduzidos e de fomento a formas precárias de trabalho e renda.

Este número da Revista O Social em Questão tem por perspectiva ressaltar a compreensão social, e não individual, da proteção e seu componente essencial que é relacional. Proteção social contém a externalidade da fragilidade humana ainda que esta possa revelar uma expressão da questão social. Com essa preocupação buscou-se nos artigos desta edição colocar em questão significados e expressões de desproteção social. Com certeza suas manifestações de desproteções sociais excedem o alcance de uma política social, e podem ser detec-

tadas entre aqueles que utilizam das atenções dos serviços e benefícios da assistência social, da saúde, da habitação, da educação entre outras. Para entender a responsabilidade estatal pela proteção social é preciso ter clareza sobre qual é o entendimento sobre sua responsabilidade pública sobre a desproteção social.

Abordar o tema proteção social remete não só ao que se deseja quanto à manifestação de proteção social, como segurança social, mas ao que se considera como expressão de desproteção social. Expressões de desproteção social podem ser genéricas quando consistem em manifestação de fragilidade de um ser humano, face a força de uma agressão física, mental, social à condição humana genérica. Mas as desproteções podem ganhar traços específicos em decorrência de uma condição humana singular, ou que se qualifica pela diversidade como: faixa etária, gênero, etnia, religião, credo religioso, opção política, opção sexual, entre outras tantas expressões de apartação e negação da condição humana.

Este número da Revista põe em discussão o campo de respostas que manifestações de desproteções sociais recebem, colocando-nos em alerta e observação avaliativa, pois respostas aparentemente protetivas, podem ser tão limitadas, que não chegam a constituir, de fato, em proteção social. Em um contexto de cortes nos gastos, retrocessos políticos e sociais, o número 45 da *Revista O Social em Questão* debate o tema da proteção social em uma conjuntura desfavorável ao acesso a direitos protetivos. Aqui foram reunidos artigos que tratam da discussão da desproteção social como orientadora da completude da atenção e a efetivação do acesso ao direito à proteção social.

Dos artigos, aqui, apresentados nove abordam o tema desproteção social: 1. “A invisibilidade de gênero e raça na assistência social: Estudo de CRAS”; 2. “Morar e sobreviver em casas de palafitas no município de Nhamundá/AM.”; 3. “Jovens pobres e seus filhos vulneráveis em situação de acolhimento institucional”; 4. “Manifestações das desproteções sociais: relações entre o neoliberalismo e a (des)prote-

ção social”; 5. “O trabalho doméstico remunerado e a problemática da (des)proteção social”; 6. “Negligência na infância: uma reflexão sobre a (des)proteção de crianças e famílias”; 7. “(In)segurança de renda e (des)proteção social no Brasil: algumas notas para reflexão”; 8. “Na dor e no amor: violência e rede de apoio no encarceramento feminino”; 9. “Trabalho Profissional: responsabilidade de proteção nos serviços socioassistenciais”. Dois artigos se dedicam ao tema da saúde: “Cenários políticos brasileiros, conquistas e desafios para as políticas públicas de saúde no contexto da prevenção e tratamento do HIV/AIDS e IST’s” e “(Des)proteção social aos soropositivos na África do Sul Pós-apartheid: da segregação racial ao minimalismo neoliberal”. Um artigo se debruça sobre Memórias: “Do menorismo no sistema de justiça em Vitória da Conquista” e outro artigo acerca da “Assistência estudantil como política de proteção social: uma possibilidade de seguridade social ampliada e intersetorial”.

Há, portanto, uma diversidade de campos sob um mesmo tema de reflexão: a dialética proteção-desproteção social.

Notas

- 1 Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Seguridade e Assistência Social (NEPSAS/PUC-SP). Membro do Comitê Científico da Carreira de Especialização em Política Social da Universidade Nacional de La Plata, Argentina. Experiência em Gestão Pública Municipal e na Gestão Educacional Privada em Pós-graduação. Experiência em gestão pública em diversas áreas. Brasil. ORCID: 0000-0003-3999-1844. E-mail: aldaiza@sposati.com.br
- 2 Professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Doutora em Serviço Social pela PUC-SP, Pesquisadora do NEPSAS/PUC-SP. Coordenadora da especialização em Assistência Social e Direitos Humanos da PUC-Rio. Atuação docente no Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (CapacitaSUAS). Brasil. ORCID: 0000-0002-4570-0233. E-mail sindely@outlook.com.

